

Ditadura: o que resta da transição

MILTON PINHEIRO (ORG.)

São Paulo: Boitempo, 2014, 376p.

*Carla Luciana Silva**

Os estudos da transição da ditadura à democracia brasileira são, em grande medida, campo dos cientistas políticos, de viés mais conservador e enredados na discussão e no papel que os próprios cientistas políticos tiveram naquele momento histórico brasileiro, ou seja, a criação de bases firmes para uma transição controlada politicamente, sem ensejar transformações econômicas significativas. Este livro vai além disso.

Milton Pinheiro caracteriza a ditadura como “burgo-militar”, para pautar os impasses da transição. A estagnação do PCB e sua incapacidade de desvelar as contradições da cena política são alvo da análise do autor. Ela se centra nas teses congressuais do PCB, o V, VI, e o VII, nos quais a inflexão reformista se consolida. Embora o partido tenha tirado posição sobre o processo político e suas perspectivas, faltou-lhe contrapor-se efetivamente ao programa da burguesia. Por fim, o VIII Congresso incide em uma política integrada na transição controlada pela autocracia burguesa.

João Quartim de Moraes problematiza a natureza de classe do Estado brasileiro. O Estado burguês e a democracia são unidades de dois contrários; a burguesia não tem compromisso com a democracia; o capitalismo não prescinde da democracia para existir. A partir daí, desenvolve a questão da democracia e da luta ideológica no

* Professora da área de História da Unioeste. E-mail: carlalusi@gmail.com

que chama de Estado oligárquico e militar brasileiro. Se, por um lado, o avanço da classe trabalhadora pré-1964 teria sido estritamente ideológico, por outro, Moraes busca compreender a luta pela hegemonia no interior da própria classe dominante.

Décio Saes coloca o problema das frações de classe dominante no capitalismo. No caso brasileiro, se trataria do grande capital bancário interno privilegiado atualmente (2003-2010), mas sem desconsiderar totalmente a burguesia industrial agroexportadora. Com isso conclui que “o conceito de sistema hegemônico de frações de classe dominante permite aos cientistas políticos marxistas uma análise mais complexa do processo político das sociedades capitalistas”. Apontar para as frações de classe e sua relação com o Estado parece ser um fértil caminho, embora no artigo apenas se indiquem pistas nesse sentido.

Anita Prestes discute o papel de Luiz Carlos Prestes na democratização da vida nacional após a Anistia de 1979. Sua análise se prende à figura histórica de Prestes e seu apoio às políticas reformistas de Brizola a Lula. Importa à autora resgatar o peso político de Prestes, suas viagens e, de certa forma, a legitimidade de sua postura política naquele período, seja através de falas públicas, seja através de textos de análise do próprio Prestes.

Adriano Codato aborda a questão do papel dos intelectuais na gestão político-econômica do regime ditatorial brasileiro. Problematiza a organização do poder, as disputas internas, especialmente o debate entre Reis Velloso e Mario Henrique Simonsen. O conflito burocrático é expressão de indefinições de rumos, que de nenhuma forma colocaram em questão a forma do poder.

Marco Aurélio Santana faz uma discussão sobre trabalhadores e sindicatos no “regime militar”. O mais relevante é a recuperação dos movimentos de Contagem e Osasco como formas organizativas sindicais de reação ao arrocho salarial. A classe trabalhadora não foi uma massa homogênea e apática diante do poder militar. A ditadura não impediu totalmente a organização trabalhadora que, de fato, “não deu tréguas ao regime ditatorial e aos patrões” (p.194). As formas dessa luta foram diversas: paralisações, manifestações, greves e abaixo-assinados. Entretanto, seria importante deixar mais claros dois aspectos: a repressão cruenta dentro das fábricas e o papel dos movimentos organizados, como a AP ou a VPR, paralelamente à luta sindical, tema não tratado pelo autor.

Leonilde Medeiros tem como foco os trabalhadores do campo e a luta pela terra na ditadura. A luta deles rompe a linearidade e recupera a “resistência cotidiana, das quais emergiram demandas, opções pelas formas de ação e a própria visibilidade e reconhecimento político dos trabalhadores” (p.196). A autora conclui que foi justamente no período da ditadura que se produziu “uma mudança significativa nas formas de organização de luta dos camponeses, levando a ações de enfrentamento, como é o caso das ocupações de terra”.

Lincoln Secco é autor do capítulo “hegemonia tardia”. Segundo ele, “frutificando em um solo histórico pobre, provinciano e localista, todos os grupos sociais demonstraram imensa fragilidade organizativa” no Brasil (p.231). Burguesia agrá-

ria ou industrial, ninguém teria organização relevante. Secco faz uma interpretação de Florestan Fernandes, recuperando a ideia de “sociedade civil não civilizada”. O texto tem o mérito de tentar discutir o papel dos partidos no processo político recente. Mas a definição do PMDB como “partido ônibus”, sem se preocupar com suas bases de classe parece insuficiente para compreender a manutenção deste partido no cenário brasileiro. Ao falar do PSDB, a semelhança com o PT parece metodologicamente insatisfatória e a tese não é suficientemente demonstrada.

Vanderlei Nery é autor de um dos mais concisos artigos, sobre as “Diretas já”. Elas foram mobilizações de massas, mas com direção burguesa. Não um “movimento cívico de resgate da cidadania”. A maior parte da bibliografia citada pelo autor mostra as Diretas como um “espírito participativo da sociedade”, uma “festa da democracia”, ocultando o fato fundamental de que a sociedade civil “comporta várias classes sociais, divididas em frações com interesses divergentes e antagônicos” (p.250). O que ocorreu de fato foi a oposição burguesa dando a linha ao movimento, impedindo qualquer conteúdo revolucionário. “A derrota da campanha das Diretas Já significou a derrota das lutas operárias populares.” Tanto assim que é um caso peculiar de um movimento derrotado que foi alçado a vitorioso: a “vitória da democracia”. Derrotado no Congresso, o projeto fincou a opção eleitoral como a saída para a classe trabalhadora.

David Maciel sintetiza seu amplo estudo sobre a Aliança Democrática e a transição política no Brasil. A distensão foi um projeto da própria ditadura, como parte do projeto da reafirmação da autocracia burguesa e que redundaria em uma crise de hegemonia entre 1987-89. A institucionalidade autoritária foi absolutamente necessária àquele projeto, já que a política é parte da dominação. Problemas como o anticomunismo e os direitos humanos eram barreiras reais para organizar esse projeto, por isso lento e gradual. Geisel, considerado “traidor da revolução” pelos duros do regime, tem papel central nessa gestação. Ao fim, a autocracia burguesa consegue afastar o risco revolucionário, resolvendo a crise de hegemonia sem riscos.

Anderson Deo segue uma trilha parecida, pontuando uma transição a *long-terme*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. O autor aprofunda a ideia de que a consolidação da ‘redemocratização’ no Brasil reproduz a forma particular do colonial-bonapartismo no país em sua variante autocrático-legalizada”. (p. 330) Segundo sua lógica, a incapacidade da burguesia estar no poder faz com que recorra, atualmente, a representantes das próprias classes dominadas para manter a dominação.

Nilton A. Souza finaliza o livro com um belo texto de análise da economia brasileira sob a égide da ditadura. Os padrões de acumulação do capital são o eixo da questão. Aumento da pobreza, concentração de renda, aumento do capital financeiro na renda nacional são os resultados mais contundentes do projeto da ditadura.

Apesar de não haver um amarramento dos textos, o livro pode se tornar uma importante obra de referência sobre a temática.

VIII COLÓQUIO MARX ENGELS

14 a 17 de julho de 2015

Período de submissão de trabalhos:
de 21 de novembro de 2014 a 21 de fevereiro de 2015

Local:
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Estadual de Campinas

Maiores Informações:
ifch.unicamp.br/cemarx

Organização:



Apoio:

- Pró-Reitoria de Extensão
- Diretoria, Secretaria de Eventos e Equipe de Informática do IFCH



- GTs
- A obra teórica de Marx e de Engels
 - Os marxismos
 - Marxismo e ciências humanas
 - Economia e política no capitalismo contemporâneo
 - Relações de classe e lutas sociais
 - Trabalho e produção
 - Gênero, raça e sexualidade
 - Educação, capitalismo e socialismo
 - Cultura, capitalismo e socialismo
 - Atualidade do socialismo

INFORMAÇÕES E NORMAS PARA COLABORAÇÃO

I – Textos para publicação

1. *Crítica Marxista* aceita textos inéditos no Brasil para todas as seções da revista – artigos, comentários, resenhas, entrevistas e documentos.
2. *Crítica Marxista* tem interesse em uma ampla gama de temas teóricos, históricos e contemporâneos. Privilegia três tipos de textos: a) textos teóricos que apresentem teses originais e contribuam para o desenvolvimento da teoria marxista; b) textos de análise concreta que, partindo do campo amplo e diversificado da teoria marxista, tomem por objeto de análise e de crítica as transformações e as características da economia, da política e da cultura no capitalismo contemporâneo; e c) textos que analisem a situação atual da luta pelo socialismo.
3. *Crítica Marxista* valoriza os textos polêmicos, que apresentam suas ideias contrapondo-as às ideias divergentes ou contraditórias.
4. Todos os textos e matérias propostos serão encaminhados para pareceres dos editores, conselheiros ou colaboradores da revista, cujos nomes serão mantidos em sigilo. A decisão final sobre a publicação do material recebido será tomada pelo Comitê Editorial com base no programa editorial da revista e comunicada ao interessado.
5. Os textos enviados devem conter uma página de rosto com as seguintes informações: autoria, filiação institucional, qualificação acadêmica, telefone(s) para contato e endereço eletrônico.
6. O autor do artigo, comentário, entrevista ou resenha deve indicar, em nota de rodapé inserida após o seu nome, o seu principal vínculo profissional e seu endereço eletrônico.
7. A fonte a ser utilizada é a *Times New Roman*, tamanho 12.
8. Há regras específicas para cada tipo de texto: artigos, comentários, entrevistas e resenhas. Tais regras estão especificadas no Item II desta seção.
9. As normas de citação e de referências bibliográficas estão especificadas no Item III desta seção.
10. Os textos devem ser submetidos por intermédio do site da revista, clicando no botão “Submissão de textos”.